

Depois do Fundo, é a vez do Clube de Paris

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

A reunião do Clube de Paris que vai decidir o pedido brasileiro de reescalonamento da dívida junto a governos deverá ser marcada para os dias imediatamente seguintes ao encontro do "board" do Fundo Monetário Internacional (FMI) do próximo dia 18. Provavelmente, os membros do Clube de Paris se reunirão para analisar o caso brasileiro entre os dias 18 e 25, de acordo com uma categorizada fonte. A expectativa é de que os entendimentos do Brasil com os outros governos sejam rapidamente concluídos, desde que, obviamente, se conte com o aval prévio do FMI para o programa de ajustamento brasileiro, que deve ser concedido na próxima semana.

O acerto com o FMI, com os bancos privados e a nível do Clube de Paris não termina, contudo, com as dificuldades brasileiras para fechar suas contas externas neste e no próximo ano. Mesmo que todos os recursos requeridos pelo governo brasileiro junto a esses credores sejam concedidos, ainda vai ser necessário obter mais US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais de agências governamentais.

E as negociações nesse sentido têm tido, até agora, poucas respostas favoráveis, ainda de acordo com essa fonte. Por enquanto, apenas o Eximbank norte-americano teria concordado em aumentar sua concessão de financiamentos às exportações para o Brasil. Os governos europeus, de maneira geral, resistem muito a se comprometer com esse tipo de operação.

A dificuldade para a concessão de créditos comerciais da parte desses governos é de ordem essencial-

mente prática: suas vendas ao Brasil são, em geral, de produtos de difícil colocação na atual fase de recessão. Hoje, existe, por exemplo, pouco interesse por importar máquinas e equipamentos pesados. Ou se existe procura, o próprio governo brasileiro coloca entraves à importação para proteger a indústria nacional. Assim, seria complicado para esses governos se comprometer a conceder financiamentos a exportações que teriam de ser penosamente negociadas depois.

O governo brasileiro, porém, tem insistido firmemente junto a esses países, pois o acerto firmado com os bancos privados praticamente não deixou outra opção para obtenção dos US\$ 2,5 bilhões a não ser esses créditos comerciais. Existe ainda a possibilidade de o governo canadense conceder alguns recursos desse tipo, pretendendo aumentar suas vendas de trigo ao Brasil, mas ainda não teria havido uma manifestação formal nesse sentido.

Algum alívio para as contas externas brasileiras poderá vir, de qualquer forma, do acerto a ser firmado no âmbito do Clube de Paris. E isso porque as negociações poderão abranger um volume um pouco superior aos US\$ 2,2 bilhões inicialmente previstos. O levantamento feito pelo Banco Central quanto à dívida existente em relação a cada governo é diferente, em vários casos, dos dados disponíveis nesses países. Essa divergência poderá contar a favor do Brasil, porém se for acertado que as condições negociadas no Clube de Paris abrangerão um volume maior de operações do que a estimativa inicial. Com isso, seria reduzida a necessidade de buscar créditos comerciais.